



Ajustes salarial e previdenciário entram na pauta

Foto Bruno Corrêa da Silva



Comissão de Justiça (na foto em reunião no plenário), começa a analisar as proposições no dia 20

Os polêmicos PLC (Projeto de Lei Complementar) nº10/04, que estabelece alíquotas de 11% a 14% de contribuição previdenciária, conforme faixa salarial dos servidores públicos do Estado, e PL (Projeto de Lei) nº157/04, que concede abono compensatório sobre a contribuição aos que recebem salários de até R\$ 3.101, 73, entraram na pauta da Assembleia Legislativa no dia 14. Remetidos pelo governo, foram lidos no expediente da sessão plenária pelo 1º secretário da Mesa, deputado Romildo Titon (PMDB) e seguiram para apreciação da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), que deve começar a análise na reunião do dia 20, terça-feira.

O PLC altera dispositivos da Lei Complementar 266, de 4 de fevereiro deste ano, e determina, no Artigo 1º, que a contribuição incidente sobre a remuneração e proventos dos servidores ativos, inativos, civis e militares e dos pensionistas de Santa Catarina se mantenha em 11% para os salários até R\$ 3.101, 73, aumente para 12% para os que perceberem de R\$ 3.101, 74 a R\$ 3.999,00, seja de 13% para vencimentos de R\$ 3.999, 01 a R\$ 4.999, 99 e de 14% para os funcionários que recebem acima de R\$ 5 mil.

Quanto ao projeto do abono, o Executivo justifica que será correspondente à majoração da contribuição previdenciária resultante da Lei Complementar 266, que unificou em 11% os percentuais retidos para a previdência estadual - que antes variavam de 8% a 11% -, conforme a faixa salarial, seguindo modificação feita na Constituição Federal através da reforma da previdência. (RV)

Redução de recesso volta a tramitar

Por 18 votos a 9, o plenário recolocou em apreciação, na terça-feira (13), atendendo a recurso da bancada petista, o PEC (Projeto de Emenda Constitucional) nº 01/04, de autoria do PT, que reduz o período anual de recesso parlamentar de 90 para 30 dias. A proposta determina ainda que, no primeiro ano da legislatura, a posse dos deputados e a eleição da Mesa ocorram em 15 de janeiro, e não no dia 1º de fevereiro, como prevê a Constituição Estadual. Agora a proposta volta à CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) para análise do mérito. A Comissão havia votado pela inadmissibilidade do PEC. Passando na CCJ, a proposição precisará de 24 votos em plenário para ser aprovada.

Segundo os parlamentares petistas, há um "permanente clamor" da sociedade para que se diminua o que é considerado uma extravagância: o extenso período de recesso legislativo. Eles advertem ser comum a convocação para reuniões extraordinárias durante o recesso, prática que poderia ser dispensada pelo simples exercício da atividade parlamentar, sem ônus para os cofres públicos que não os correntes.

Para o deputado Celestino Secco (PP), que foi relator da matéria na CCJ, a proposta, do ponto de vista jurídico, é inconstitucional, pois o princípio federativo prega a simetria com a Constituição Federal. "Por este motivo, fui autor de um reque-

rimento, aprovado na última semana, endereçado à Câmara e ao Senado Federal, solicitando a redução do recesso parlamentar naquelas casas de 90 para 30 dias".

Como "solução" para a polêmica, o parlamentar disse que vai apresentar na Comissão um projeto de resolução que determina a autoconvocação da Assembleia Legislativa até 31 de janeiro de 2007, com exceção do período entre 20 de dezembro e 20 de janeiro. "O projeto também vai acabar com as convocações dos parlamentares com ônus para os cofres públicos, motivo de outro Projeto de Emenda Constitucional que está tramitando na Casa". (RV)

Ressocialização de apenados

A audiência pública, marcada inicialmente para o dia 27 de maio pela Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais para discutir a ressocialização de presos, terá uma apresentação do grupo de teatro do presídio de Tijucas, que vai abor-

dar o combate ao uso de drogas. Juízes corregedores e professores universitários foram convidados.

Ressocialização dos presos e exploração sexual infanto-juvenil foram os temas que dominaram a reunião da Comissão, na quarta-feira (14).

Páginas 5 e 8

Dia Mundial da Saúde marcado pela tuberculose

O dia 7 de abril foi escolhido pela OMS (Organização Mundial da Saúde) para refletir e comemorar as questões e avanços da saúde pública no mundo. Vários países promoveram atividades para lembrar que o trânsito mata mais de 1 milhão de pessoas todos os anos. Somente no Brasil, cerca de 30 mil pessoas morrem vítimas de acidentes.

Porém, outro dado alarmante está assustando a população, em especial a catarinense, pelos altos índices de ocorrência. A cada dia, quatro novos casos de tuberculose são descobertos no Estado, são 1.500 por ano, sendo o litoral a região mais afetada, com o índice da doença bem maior que o da média nacional, segundo dados do Ministério da Saúde e Secretaria de Estado da Saúde.

A tuberculose foi uma doença comum durante o século XIX e meados do século XX, quando vitimou muitos escritores, poetas, intelectuais, músicos e demais artistas, sendo associada a um estilo de vida boêmio, libertino e desregrado. Em 1882, o bacteriologista Robert Koch descobriu a bactéria causadora da moléstia, o bacilo de Koch. A doença é uma infecção que afeta os pulmões, mas pode ocorrer em outros órgãos do corpo e, em muitos casos, levar à morte.

Passados tantos anos da descoberta, a tuber-

culose continua sendo a doença infectocontagiosa que mais causa mortes no Brasil. Segundo dados da OMS, o nosso país é também o único das Américas que se encontra entre as 22 nações responsáveis por 70% dos casos da enfermidade em todo o mundo. A tuberculose é mais comum nas áreas onde há muita pobreza, promiscuidade, desnutrição, má condição de higiene e uma saúde pública deficitária.

Além do Brasil, entre os países com maior incidência da doença temos a Índia, China, Indonésia, Bangladesh, Nigéria, Paquistão, Filipinas, Congo e Rússia. No Brasil, existem pelo menos 45 milhões de pessoas infectadas e aproximadamente 6 mil morrem anualmente por causa da doença. No mundo, surgem 9 milhões de casos por ano. Uma pessoa infectada a cada segundo.

A previsão da OMS é que, nos próximos 10 anos, 30 milhões de pessoas possam morrer por causa da doença. São números que apontam uma epidemia e colocam o país em situação de alerta. Por isso, é importante detectar e tratar todos os doentes. A vacinação com BCG no recém-nascido é uma forma de proteger crianças e jovens contra a tuberculose. Que Santa Catarina se torne uma referência positiva para o país na prevenção e controle da tuberculose é o nosso desejo.

Deputado Paulo Eccel (PT)

Política florestal

Historicamente, nossas riquezas florestais têm sido exploradas apenas no sentido extrativista. Por causa desta cultura é que temos tão pouca expressividade na exportação de produtos de madeira. É chegada a hora de o nosso Estado voltar sua atenção para a produção e uso da madeira. Ao invés de vender a matéria-prima, precisamos gerar riquezas a partir da madeira bruta. Para trilharmos esse caminho urge a necessidade de investir em fatores como tecnologia, qualidade e produtividade, gerando diferenciais que possam agregar valor ao material. Mas, para que isso aconteça, é preciso que esteja presente na pauta estratégica do governo um programa florestal consistente, onde o setor produtivo esteja também incluído.

Este programa tem que ser completo, acompanhado de estímulos à agregação de valor, geração de emprego e inclusão social. Ações de incentivo ao plantio e produção sustentável são importantes, mas não bastam para atingir os objetivos globais. Somam-se a essas medidas, políticas de redução de alíquotas de

importação de equipamentos e tecnologias e ampliação das restrições de exportação para produtos sem valor agregado.

Nosso Estado pode sim desenvolver um programa desta natureza. Nele podemos observar a existência de um fantástico potencial de crescimento na área. Esse avanço pode ser perfeitamente materializado, desde que ocorram alguns ajustes conceituais e programáticos nas políticas públicas estaduais, tais como: planejamento regional adequado, considerando as características sócio-ambientais, implementação de programas de assistência técnica florestal, treinamento e capacitação de mão-de-obra florestal, fortalecimento institucional e representatividade de toda a cadeia produtiva, aprimoramento da qualidade dos produtos florestais, madeireiros e não-madeireiros, com a consequente agregação de valor, e melhor acesso aos mercados. Nosso desafio é o de sair da situação de extrativistas para uma nova condição, a de empresários deste importante segmento de nossa economia.

Deputado Rogério "Peninha" Mendonça (PMDB)

Áreas degradadas pelo carvão

A Região Carbonífera Catarinense poderá adotar um projeto alemão de recuperação ambiental que, além de resgatar o meio ambiente, permitirá a exploração turística do local. A informação é do deputado Valmir Comin (PP), que participou de missão oficial à Alemanha e



Deputado Valmir Comin

à República Tcheca, onde visitou os parlamentos dos dois países, a Feira de Berlim e buscou intercâmbio entre empresas alemãs e Santa Catarina.

Na Alemanha, visitou uma área onde havia exploração de carvão a céu aberto, onde, há três anos, os alemães desenvolvem um projeto com a captação de água no rio local, que está transformando a área em um aprazível e rentável lugar para lazer e turismo. O mesmo projeto poderá ser implantado na região carbonífera catarinense e com

recursos de organismos internacionais, como o BID (Banco Mundial).

O ponto central da missão, assinala Comin, foi buscar maior intercâmbio, para "vender" mais Santa Catarina e trazer para cá os turistas alemães que são os que mais gastam per capita em turismo em todo o mundo. "Hoje, só 3% dos turistas alemães vêm a Santa Catarina. É um percentual muito pequeno para um Estado que concentra um número tão grande de descendentes de alemães", constata Comin. (JCR)

O Leitor

oleitor@alesc.sc.gov.br

Pergunte ao deputado

pergunteaodeputado@alesc.sc.gov.br

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Volnei Morastoni (PT)

1º Vice-Presidente: Onofre Agostini (PFL)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Romildo Titon (PMDB)

2º Secretário: Altair Guidi (PP)

3º Secretário: Sérgio Godinho (PTB)

4º Secretário: Francisco de Assis (PT)

Conselho Editorial: Cleia Braganholo, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Marise Ortiga Rosa

Edição: Cleia Braganholo e Mirela Maria Vieira

Coordenador: Celso A. S. da Rosa

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita, Carlos Agne, Graziela May Pereira e Denise Arruda Bortolon

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adriane Canan, Andréa Leonora, Antônio Peres, Carmen Leite Rovira, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Danilo Barcellos Coutinho, Emanuelle Torres, Evandro Saad, Felipe Antônio Damo, Fernando Maitos, J Pacheco, Jandy Cortez Real, Celso Rodriguez, Júlio Cancellier, Kélen Bardini, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandrea Costa, Luiz Carlos Padilha, Marcelo Lubi, Marcelo Santos, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Milton Alves, Nara Cordeiro, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Ula Weiss e Valmir Matos

Estagiários Proj. Antonieta de Barros: Taciana Terezinha da Silva e Rodrigo César de Araújo

Relações Institucionais: Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn, Stela Martins e Luciano de C. Oliveira

Revisão: Verlaine Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Daniel Ramos

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Ciro Cordeiro, Marco Apolo de Freitas, Ronaldo Rolnei Souza e Bruno Corrêa da Silva

Expedição: Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

Impressão: Diário Catarinense

Novo tratamento para o mal de Parkinson

O deputado Wilson Vieira – Dentinho (PT) retomou seu trabalho após afastar-se durante alguns meses para tratar do mal de Parkinson, doença que o aflige desde 2000. Após anos de tratamentos que não causaram o efeito desejado, Dentinho pesquisou na Internet e encontrou, em Cuba, uma esperança de cura para sua doença.

O que transformou a vida do deputado foi uma cirurgia realizada no Ciren (Centro de Pesquisa e Restauração Neurológica), em Havana, capital cubana. Ele chegou a desenvolver um problema na perna direita que o impedia de andar sem bengala, devido ao efeito colateral de um dos remédios ministrados.

Durante o tratamento, os médicos cauterizam os dois lados do subtálamo, uma pequena parte do cérebro que ajuda a coordenar a maioria dos movimentos. O paciente permanece acordado durante o procedimento, delicado, no qual são queimados aos poucos alguns neurotransmissores hiperativos que provocam o tremor e a rigidez típicos do mal de Parkinson.

Os resultados já são vistos na própria sala de cirurgias. As mãos de pacientes recém-operados pa-

ram de tremer imediatamente. “Hoje posso dizer que melhorei 60%. Após tantos anos fazendo tratamentos, que além de não melhorarem a doença provocavam outros males, posso dizer a outros portadores do mal de Parkinson que esta doença tem cura”, afirmou.

Dentinho ficou 45 dias no Ciren, que atende exclusivamente a doentes estrangeiros. O tratamento inclui casa, comida e enfermeiros à disposição 24 horas por dia para o doente, que pode levar um acompanhante. O tempo de recuperação é de aproximadamente duas semanas.

Segundo o parlamentar, os médicos só recorrem à cirurgia como último recurso. Antes disso, outros tratamentos que combinam remédios e fisioterapia são testados. “A fisioterapia é importante para desenvolver novamente algumas habilidades motoras que



Deputado Wilson Vieira - Dentinho

se deterioraram devido à doença”, explicou.

Ao contrário de centros de reabilitação em outras partes do mundo, os exercícios no Ciren são dirigidos às necessidades e características dos pacientes com o mal de Parkinson. O tratamento é integral, combinando a atenção de neurologistas, fisioterapeutas e psiquiatras, e dura cerca de um mês. (TK)

Dia Mundial da Saúde

Ginástica laboral e alerta sobre as mortes no trânsito foram alguns dos assuntos desenvolvidos na quarta-feira (7), Dia Mundial da Saúde, pela Divisão de Saúde e Assistência da Assembléia Legislativa. Segundo o diretor da Divisão, Júlio Cesar Marchi, a discussão da violência no trânsito tem como meta conscientizar sobre os impactos e custos sociais causados pelas seqüelas e mortes provocadas por acidentes nas ruas e estradas.

De acordo com a OMS (Organização Mundial de Saúde), a segurança no trânsito deve ser compreendida como

um bem público importante e ações políticas devem ser adotadas e mantidas. “Dados da OMS divulgados em 2001 e divulgados em 2003 mostram que os acidentes de trânsito lideraram as estatísticas mundiais de mortes violentas por causas externas, com 1,2 milhão de vítimas

“Em 2001, os acidentes de trânsito provocaram a morte de 30.527 pessoas nas ruas e estradas do Brasil e é preciso conscientizar a população para mudar esse quadro”, alertou Marchi, que lembra como uma das medidas preventivas a implantação do hábito de atravessar na faixa de pedestre. (RMPP)

TCE reúne-se com parlamentares

Dando continuidade aos encontros informais entre representantes do parlamento e do TCE (Tribunal de Contas do Estado), Salomão Ribas Júnior, que preside o Tribunal, e vários conselheiros, estiveram conversando com o presidente da Casa, deputado Volnei Morastoni (PT), e parlamentares de todas as bancadas na noite de terça-feira (13), na Assembléia.

“O TCE é um órgão auxiliar do Legislativo em sua missão de fiscalizador e estes encontros beneficiam nossa atuação”, sintetizou Ribas Júnior. Ele também aproveitou para apresentar as contas anuais da instituição em plenário, e

depois participou de um jantar no restaurante da Assembléia.

Um dos principais pontos abordados por Ribas Júnior na conversa refere-se ao método utilizado pela Secretaria Estadual da Fazenda para o cálculo da receita líquida disponível na prestação de contas de 2003. Segundo ele, da forma como estão sendo feitas, “as contas não vão fechar”, por isso a necessidade de discutir o assunto com o parlamento e com o Executivo, através do secretário da Fazenda, Max Bornholdt. Depois de passar pelo TCE, as contas anuais do governo precisam ser apreciadas pela Alesc até 15 de dezembro. (MMV)

Programa referência

O Programa Antonieta de Barros, implantado em novembro do ano passado pelo presidente da Casa, deputado Volnei Morastoni (PT), e executado pela Escola do Legislativo, presidida pelo deputado Wilson Vieira – Dentinho (PT) será considerado referência para todo o país. A coordenadora do programa, denominado PAB, Jeruza Romão, foi a Brasília na quinta-feira (15) para

apresentá-lo ao Conselho Nacional Contra a Discriminação, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Os participantes do Conselho são convidados a participar por apresentarem trabalhos relevantes na área dos direitos humanos.

O Conselho terá reuniões mensais e nelas serão discutidos projetos que auxiliem os direitos humanos. Considerado ino-

vador na área, não é apenas referência de inclusão de jovens no mercado de trabalho, mas também exemplo de cidadania. Através dele, atualmente 20 jovens de comunidades carentes, trabalham na Alesc, a um custo de R\$ 7.500 mensais. De acordo com a coordenadora, é uma quantia baixa em relação ao valor que o governo gasta com o sistema carcerário. (GMP)

Talentos da Maturidade

A vencedora do Prêmio Concurso Talentos da Maturidade, Marilina Bernal, está expondo suas obras desde terça-feira (13), na Galeria de Arte Meyer Filho. O prêmio, que está em sua 5ª edição, é promovido pelo Banco Real ABN-AMRO e premia talentos da terceira idade em todos os segmentos.

Marilina, que é natural de São Paulo e agora reside em Bombinhas, já fez 37 exposições coletivas, oito individuais e vários cursos, como o da Es-

cola Panamericana de Artes, em São Paulo. Suas obras utilizam óleos densos, acrílicos, colagem em tecido e suportes como cortiça e duratex, fundamento da obra da artista.

“A sensibilidade desta artista, revelada aos 60 anos, é inspiradora”, resumiu o presidente da Assembléia, Volnei Morastoni (PT), na abertura da mostra. A pintora doou uma de suas obras ao acervo do Legislativo. “Aqui meus quadros serão vistos por centenas de pessoas”, disse Marilina. (GMP)

Foto Alberto Neves



Morastoni e a artista com um de seus quadros em exposição no Legislativo

Fraudes em concurso da PM

Foto Alberto Neves

Os deputados membros da Comissão de Segurança Pública, João Rodrigues (PFL), presidente, Wilson Vieira - Dentinho (PT), Jorginho Mello (PSDB), Antônio Ceron (PFL), Lício Mauro da Silveira (PP) e Dado Cherem (PSDB) decidiram na reunião de quarta-feira (14), enviar requerimento ao atual comandante da Polícia Militar, Edson Ivan Morelli, ao secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, Ronaldo Benedet, e ao representante da Acafe, responsável pela elaboração do concurso para sargentos da corporação. Eles querem discutir a realização das provas que acontecem no próximo dia 25. O motivo apresentado pelos parlamentares é a fraude ocorrida no concurso de 23 de novembro do ano passado, quando a Promotoria da Justiça Militar, através do promotor Sidney Eloy Dalabrida, determinou a anulação da prova escrita, uma vez que foram constatadas irregularidades.

Na reunião, Amauri Soares, presidente da Aprasc (Associação de Praças do



Deputados Jorginho, Rodrigues e Dentinho, durante reunião da Segurança Pública

Estado de Santa Catarina) – instituição que recebeu as denúncias e as encaminhou ao Ministério Público Militar –,

fez um relato sucinto sobre as irregularidades e as possíveis fraudes no concurso realizado em novembro. A vinda

de Soares foi decorrência de proposição do deputado José Paulo Serafim (PT). “Desde o início, quando foi publicado o edital 001, temos recebido demandas de praças descontentes com os critérios do concurso para sargentos da PM, com argumentos embasados em concursos anteriores. Depois veio o edital 004, para atender pleito do Ministério Público de que o concurso fosse aberto ao público civil, elemento que desagradou aos 4.779 cabos e soldados que estavam inscritos”, informou Soares. Ele disse que foi realizada a prova no final de novembro e as informações sobre irregularidades foram abundantes desde o primeiro dia. As provas foram anuladas e o novo concurso está marcado para o próximo dia 25.

Os parlamentares definiram, por unanimidade, chamar o novo comandante geral da PM, o secretário da Segurança Pública e o responsável pela Acafe para uma audiência na Comissão, marcada para o dia 20, a partir das 17 horas. (CA)

Outorga de uso da água

Presente na reunião da Comissão de Constituição e Justiça, presidida pelo deputado Julio Garcia (PFL), na reunião do último dia 13, o atual secretário da Casa Civil e ex-secretário do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente, Bráulio Barbosa, ofereceu explicações aos parlamentares sobre o anteprojeto que outorga o direito de uso público da água no Estado.

Atendendo convocação solicitada pelo deputado Afrânio Boppré (PT), que não obteve resposta a pedido de informação aprovado em plenário; Barbosa argumentou que o projeto não havia sido enviado ao Legislativo conforme fora pedido, porque naquele momento estava incompleto. “O próprio Conselho Estadual de

Recursos Hídricos decidiu rever alguns pontos.” O anteprojeto prevê a atualização da legislação estadual que, segundo o secretário, está em descompasso com a Lei Nacional das Águas, de 1997. “A proposta foi construída com ampla participação da sociedade”, comentou Barbosa.

Para Boppré, está havendo sonegação de informações, uma vez que seu pedido se refere ao anteprojeto aprovado na época. “Foi noticiada pela imprensa a aprovação de proposta sobre outorga do uso da água e foi isso que solicitei à Secretaria do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente. Se não for enviado com urgência, entrarei com processo de crime de responsabilidade”, explica Boppré. (SD)

Foto Bruno Corrêa da Silva



Barbosa (à esquerda), deu explicações sobre proposta de outorga do uso da água

Turismo e Meio Ambiente

Dois projetos foram aprovados pela Comissão de Turismo e Meio Ambiente, presidida interinamente pelo deputado Joares Ponticelli (PP). De autoria do deputado Dado Cherem (PSDB), o Projeto de Lei nº 497/03, que reconhece o município de Balneário Camboriú como Capital Catarinense do Turismo, e o Projeto de Lei nº 512/03, do deputado Ronaldo Benedet (PMDB), que declara de utilidade pública o Consórcio Intermunicipal de Integração Turística - Caminhos da Imigração Italiana e dos Tropeiros, de Urussanga.

O deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT) apresentou à Comissão ofício para uma audiência pública em Joinville, a fim de debater o programa Flot-Flux, de despoluição das águas do município, e outra em São Francisco do Sul para deba-

ter a implantação de uma unidade da indústria Vega Sul na cidade.

O novo integrante da Comissão, deputado Djalma Berger (PSDB), que deverá ser o próximo presidente, informou que visitou o Parque Ibirapuera, em São Paulo, e comprovou que o método funciona com pequenos volumes de água. “O maior problema é quanto à eliminação dos coliformes fecais. A água realmente sai limpa, transparente, mas com relação a quantidades maiores tem que ser avaliado com mais profundidade”. A Comissão decidiu convidar os técnicos para apresentar o projeto na Assembléia. Sobre a Vega Sul, a comissão tomou a mesma decisão. Chamar os responsáveis para apresentar os projetos na Alesc. A deputada Simone Schramm (PMDB) salientou que muitas ONGs são contrárias à instalação do projeto. (DAB)

Transportes elege vice

A Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, presidida pelo deputado Reno Caramori (PP), reuniu-se na tarde do dia 6 para escolher seu vice-presidente. Indicado pelos deputados Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) e Djalma Berger (PSDB), o deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT) foi eleito por unanimidade para o cargo, ocupado anteriormente pelo deputado Manoel Mota (PMDB).

Dentinho aceitou a indicação.

Os parlamentares também analisaram o Projeto de Lei nº 0082/04, de autoria de Rogério Mendonça - Peninha (PMDB), que denomina a SC- 491, localizada entre a comunidade de Dalbérgia e o município de José Boiteux, como Rodovia Pedro Moser. O deputado Caramori disse que faltou apenas uma documentação comprovando que a rodovia ain-

da não havia sido nominada. “A Comissão vai pedir informações ao Denit e Deinfra para depois dar continuidade à tramitação”, explicou. Também de autoria do deputado Peninha foi aprovado requerimento com pedido de audiência pública para debater a má conservação da BR-470. “Vamos passar também ao Denit e Deinfra e marcar essa audiência o mais rápido possível para resolver o problema”, informou Caramori. (TK)

Audiência vai discutir violência infantil no Estado

Os parlamentares que integram a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, decidiram promover uma audiência pública com representantes de conselhos tutelares, secretarias municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e promotores públicos de diversas regiões do Estado.

Desta forma, a Comissão poderá ter conhecimento da gravidade da situação nas cidades-pólo de Santa Catarina. Ao lembrar do caso do bordel, o deputado Lício Mauro da Silveira (PP) frisou que em Joinville há várias denúncias de exploração sexual. O mesmo está ocorrendo com crianças de Laguna, às margens da BR-101, conforme relato do promotor da Vara da Infância e Adolescência, na audiência presidida pela deputada Odete de Jesus, presidente da Comissão, no último dia 1º, no Fórum daquela cidade.

A deputada Ana Paula Lima (PT) informou que a Câmara Federal e o Senado fizeram uma pesquisa sobre o turismo sexual de crianças e adolescentes no Estado, enfatizando ser necessária uma campanha com estudantes da rede pública e privada para alertar sobre a questão.

Denúncia. – Ainda nesse encontro, visivelmente emocionado, o empresário Oscar Martins Campos, residente em



Foto Jonas Lemos Campos

Integrantes da Comissão optaram por uma audiência ampliada na Assembléia

Florianópolis, compareceu para denunciar maus tratos ao seu filho, no ano 2000, por parte de policiais civis, acusando-o de assalto à mão armada. “Meu filho nunca esteve envolvido com assalto, ele é um dependente de drogas e já cheguei a interná-lo mais de 20 vezes. Ele foi preso às 15 horas e só fui avisado às 20 horas. O laudo médico foi alterado, não fui ouvido pelas autoridades, me perseguiram e me ameaçaram. Quero justiça”, desabafou.

Os parlamentares aconselharam o empresário a apresentar os documentos comprobatórios à Comissão, que terá o papel de formalizar a denúncia junto à Comissão de Direitos Humanos do Ministério Público e da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). Também foi informado de que o seu depoimento foi gravado, como acontece em todas as reuniões das comissões permanentes. Assinado por ele, poderá ser encaminhado aos órgãos competentes. (RV)

Projeto proíbe fumo nas escolas

A Comissão de Educação, presidida pelo deputado Paulo Eccel (PT), aprovou emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 89/04, da deputada Simone Schramm (PMDB), que proíbe o consumo de cigarros nas escolas públicas e privadas do ensino médio e fundamental do Estado. A emenda, de autoria do deputado Celestino Secco (PP), acrescentou, além do cigarro, produtos como cachimbo, cigarrilha e charuto, que não poderão ser consumidos em nenhum dos ambientes das escolas, desde salas de aula até locais abertos.

Os avisos de proibição deverão ser afixados em locais visíveis como sanitários, corredores e áreas de recreação. Se, após alertada, a pessoa reincidir, será retirada do ambiente e estará sujeita ao pagamento de uma multa que varia de quinhentos a mil reais. O objetivo é conscientizar para os malefícios do cigarro e similares já na infância e na adolescência, época, segundo pesquisas, em que o vício começa. (RMPP)

Deputados discutem reforma política do Brasil

Foi instalado na tarde do dia 7 o Fórum Parlamentar Permanente pela Reforma Política no Brasil. A proposta partiu do deputado Francisco de Assis (PT) e foi aprovada pela Mesa, com o objetivo de dar condições ao parlamento estadual de debater o tema e encaminhar ao Congresso Nacional a posição dos deputados e lideranças políticas catarinenses.

Assis foi escolhido para presidir o Fórum, tendo Antônio Ceron (PFL) como vice-presidente e Lício Mauro da Silveira (PP) como relator. Além deles, integram o Fórum os deputados Mauro Mariani (PMDB), Jorginho Mello (PSDB) e Odete de Jesus (PL).

“Nós fizemos essa proposição para a Mesa para que esse Fórum possa discutir, no plano estadual, a reforma política, cujo projeto está tramitando e sendo discutido na Câmara dos Deputados, consequentemente, longe da Assembléia Legislativa. O encaminhamento com a posição dos catarinenses será entregue aos nossos deputados federais, que o levarão ao debate em Brasília”, observou Assis.

As reuniões serão realizadas a cada 15 dias, nas segundas-feiras. Para o próximo encontro serão convidados a participar os 16 parlamentares federais catarinenses e o relator do projeto que tramita na Câmara, deputado Ronaldo Caiado (PFL/GO). (CA)

Orçamento Regionalizado

A necessidade de elaboração do calendário de audiências públicas regionais para discutir o Orçamento Regionalizado, conforme determina a Constituição Estadual, centralizou os debates na reunião ordinária da Comissão de Finanças, na quarta-feira (14), sob a presidência do deputado João Paulo Kleinübing (PFL).

No ano passado, quando da elaboração do Plano Plurianual (PPA) para o período 2004/2007, foram realizadas 29 audiências, nas cidades que sediam as secretarias de Estado regionais, em parceria inédita com o Executivo. Neste ano, ainda não está definido se o trabalho será realizado em conjunto. “O Orçamento Regionalizado é prerrogativa da Assembléia e o embaraço do Executivo não pode levar o Legislativo a esse mesmo caminho”, criticou o deputado Afrânio Boppré (PT), ressaltando que é preciso respeitar a competência de cada Poder.

O deputado Antônio Carlos Vi-



Foto Bruno Corrêa da Silva

Finanças decide sobre calendário na semana que vem

eira - Vieirão (PP) argumentou que é necessário saber se há recursos orçamentários para a realização do ciclo de audiências. Se houver, a Coordenadoria do Orçamento Regionalizado da Assembléia deverá elaborar o calendário dos encontros regionais e em seguida convidar o executivo a participar.

“Talvez façamos menos audiências para reduzir os custos”, sugeriu o líder do Governo, deputado Manoel Mota (PMDB). Já o deputado Reno Caramori (PP) criticou a realização das audiências. “É uma brincadeira com o povo. Minha insatisfação é não ver cumprido este ano o que foi acordado no ano passado.” (RMPP)

Cuidar do trânsito para valorizar a vida

Foto Bruno Corrêa da Silva

Graziela May Pereira

Conforme a OMS (Organização Mundial da Saúde), os acidentes de trânsito matam por ano no mundo mais de 1 milhão de pessoas. No Brasil, de acordo com o Denatran (Departamento Nacional de Trânsito), esse número chega a 30 mil. Por esse motivo, o dia 7 de abril deste ano, Dia Mundial da Saúde, foi comemorado com o slogan "Segurança no trânsito não é acidental". Nesse dia, em todo o mundo centenas de organizações participaram de atividades que tiveram a intenção de sensibilizar as populações a respeito dos traumatismos causados por acidentes e suas conseqüências. Segundo pesquisa realizada pela OMS, o trânsito é responsável pelo consumo de 1% a 2% do PIB (Produto Interno Bruto) e reduz a expectativa de vida da população em 30 anos.

Ao falar sobre o Dia Mundial da Saúde, em entrevista exclusiva ao AL Notícias, o médico Julio César Marchi, diretor da Divisão de Saúde e Assistência da Alesc, lembrou que nosso país tem muitos problemas em relação ao trânsito e disse que considera que a OMS vai chamar a atenção da população de forma clara e objetiva para estimular a busca por soluções.

AL Notícias - O Dia Mundial da Saúde foi criado para comemorar o aniversário da OMS. Além disso, há outra finalidade, que é a de colocar em pauta temas relevantes em saúde pública. Por que neste ano o trânsito foi escolhido como tema?

Julio César Marchi - Anualmente, a OMS tem de enfrentar esse problema, que atinge o mundo como um todo, que é o de saúde pública. No ano passado, nós tivemos como tema os acidentes com crianças; no ano anterior foi a questão do fumo. Hoje em dia, sabe-se que os acidentes de trânsito e os traumatismos devido a esses acidentes estão entre as maiores causas de morte e doenças nas questões de violência. Eles estão entre as 8 ou 10 principais causas de mortalidade ou morbidade (doenças). E são a principal entre as causas mais violentas.

Hoje, no mundo, calcula-se que de 1 milhão a 1 milhão e 200 mil pessoas morram por ano tendo como origem os acidentes de trânsito. Isso se tornou um problema de saúde pública mundial. Vem daí a necessidade de se ter um foco específico de orientação, de estimular os paí-



ses que integram a OMS para que façam campanhas no sentido de prevenir esse tipo de problema que leva a tantas mortes, seqüelas e custos humanos e materiais para todos os países.

AL Notícias - Quais são as principais causas dos acidentes registrados em nossas rodovias?

Julio César Marchi - Conforme dados do Denatran e da Associação Nacional de Transportes Públicos e também do próprio Ministério da Saúde, há casos relacionados com imperícia na direção do veículo, uso de drogas – principalmente o álcool –, falhas no veículo e sua má conservação e o mau estado das rodovias. São essas as causas. Destacam-se o uso de bebidas alcoólicas e a imperícia de alguns motoristas que desrespeitam a legislação.

AL Notícias - Qual o perfil dos acidentes ocorridos no Brasil?

Julio César Marchi - Muitos acidentes ocorrem devido ao desrespeito à faixa de pedestres, que hoje ainda tem que ser melhor incorporada a nossa cultura. Muitas pessoas não respeitam as faixas de pedestre e passam direto, mesmo com o sinal vermelho. Nós

temos, inclusive em todo o país, aqui na nossa região especificamente, muitos acidentes ocasionados por essa transgressão. Outra questão é a falta de uso do cinto de segurança. Eu acho que o ponto fundamental é que se crie uma campanha para

que as pessoas fiquem alertas e prestem atenção nesse problema.

AL Notícias - Quais as ações do governo para trabalhar o tema? De que forma a Alesc participa?

Julio César Marchi - As ações que vêm sendo tomadas pelo governo, assim como pela Organização Mundial de Saúde, dizem respeito à criação de uma conscientização. Já vimos várias campanhas através dos meios de comunicação, como aquela do Ministério da Saúde – "Se dirigir, não beba. Se beber,

não dirija" – particularmente agora no último governo. Nós temos também o trabalho com os Estados para que se garantam as faixas de pedestres sinalizadas e adequadas. Temos várias escolas mantendo aulas de educação para o trânsito. Mas é necessário que haja uma penalização maior para os infratores, para quem desrespeita a sinalização, e também um cuidado

muito grande no controle das rodovias estaduais e federais em relação à direção com veículos não habilitados. Observa-se que hoje temos as guerras no Iraque, no Afeganistão, no Congo, na Somália, e em vários países, resultando em mortes. No entanto, os acidentes de trânsito matam muito mais do que as guerras e geram muito mais seqüelas.

Só que isso está tão dentro do nosso dia-a-dia que as pessoas não se dão mais conta, virou normalidade. Se tivéssemos um bomba no Brasil, seria uma coisa catastrófica. Mas os acidentes deixam mais seqüelas, além de provocar quase o dobro de mortes por homicídio, registrados por ano. Temos que fazer primeiro as pessoas terem consciência da magnitude desse problema e ao mesmo tempo traçar ações para que a população seja engajada.

Por parte da Assembléia Legislativa, precisamos aproveitar esse grande espaço político, como órgão que gera, digamos não só legislações, mas também que

gera fatos políticos e tem a capacidade de conscientização perante a sociedade. Precisamos fazer com que os deputados assumam isso como uma de suas prioridades. Particularmente com a Comissão de Saúde, o presidente da Casa, deputado Volnei Morastoni (PT), comprometeu-se a assumir em seus pronunciamentos ações no sentido de entrar nessa campanha valorizando a vida. Os deputados farão campanhas em seus municípios para o uso das faixas de pedestres, fazendo também com que a Polícia Militar tenha uma atuação mais ativa nesse aspecto.

AL Notícias - Na sua opinião, qual a importância do lema, no atual momento que o Estado vive, devido à duplicação da BR-101?

Julio César Marchi - A BR-101 tem o maior número de acidentes, de traumatismos e mortes devido à falta da duplicação. O governo e os deputados se engajaram na luta pela duplicação, tentando diminuir esses acidentes. Em algumas rodovias duplicadas observou-se que muitas vezes sem uma campanha e fiscalização a diminuição não é tão grande. Então não vale somente a campanha pela duplicação. Temos que ter uma campanha a respeito da velocidade, da direção adequada, do respeito às diretrizes e às normas do trânsito. Do contrário, as vias duplicadas podem apresentar uma velocidade maior, um veículo mal habilitado, problemas esses que podem

levar a acidentes. É fundamental não só a campanha da duplicação, que é um desejo de todos os sul-brasileiros, como também uma campanha muito ativa para que as polícias rodoviárias Estadual e Federal tenham também capacidade de atuação nesses casos.

No aspecto de equipamentos, o Corpo de Bombeiros de Santa Ca-

tarina tem dado bons exemplos através do telefone 193. A corporação tem uma ambulância que presta atendimento na Grande Florianópolis. Mas nós temos que ter mais capacidade de atuar e chegar mais rápido ao local dos acidentes para evitar mortes. A Secretaria Estadual da Saúde está desenvolvendo um serviço de atenção médica urgente, o SAMU, que é de extrema importância para atender, não só os casos de emergência, como também os acidentes nas rodovias. A duplicação da BR-101 é necessária, mas outros aspectos devem ser levados mais a sério pelos governantes e principalmente pela população.

"Muitos acidentes ocorrem devido ao desrespeito à faixa de pedestres e também às normas de segurança"

Os acidentes de trânsito no mundo matam 1 milhão de pessoas por ano. No Brasil, os números chegam a 30 mil pessoas

Greve dos professores

Vários parlamentares ocuparam a tribuna na sessão do dia 13 para falar a respeito da paralisação de três dias dos professores da rede estadual de ensino. Para o deputado Afrânio Boppré (PT), as medidas compensatórias que o governo do Estado anunciou para os servidores que ganham menos e aumento de alíquota da Previdência para aqueles que ganham mais apenas foram apresentadas para esfriar a mobilização feita pelos professores. "A greve é um direito de todos e tem de ser respeitada. Esse tipo de ação está tentando remediar a atual situação", argumentou Boppré.



Deputada Odete de Jesus



Deputado Afrânio Boppré

De acordo com o parlamentar, a medida destina-se a esvaziar a greve dos professores que atingirá mais de 800 mil alunos. Lembrando que a greve é um direito dos professores, a deputada Odete de Jesus (PL) ponderou que as negociações com o governo estadual não poderão se prolongar. "Precisam ser levados em conta, além da reivindicação justa da classe, os prejuízos que a greve traz aos estudantes", afirmou. (GMP/TK)

Investimentos na região de Laguna

A produção do camarão em cativeiro é a nova vocação econômica do município de Laguna e região. A afirmação foi feita pelo deputado Altair Guidi (PP), em discurso na tribuna na sessão plenária do dia 7. Em sua avaliação, esta atividade é a que gera melhor resultado econômico na exploração da terra. "Não há produto agrícola ou pesqueiro que, em apenas um hectare de terra, gere um resultado econômico tão elevado quanto é gerado pela cultura do camarão", explicou.

Guidi disse que a região apresenta todas as condições para se transformar num dos pólos de carcinicultura mais importantes do país, já que o município tem águas propícias, terras adequadas ao cativeiro e mão-de-obra vocacionada e qualificada para esta ocupação. "Devido a



Deputado Altair Guidi

todas essas potencialidades, imaginei que a SDR (Secretaria do Desenvolvimento Regional) de Laguna estivesse com todo o seu potencial de trabalho focado nessa atividade, mas não há nada em relação a este assunto", afirmou.

O deputado indagou quais os negócios que foram ampliados, quantas pessoas foram beneficiadas e quais os impactos causados na economia da região. "Se a SDR de Laguna não for capaz de responder essas e outras questões relacionadas ao desenvolvimento da região de La-

guna, mais vale extingui-la. Outra saída é concordar com seus críticos: ela não passa de um cabide de empregos", finalizou. (TK)

Mercosul

Em pronunciamento feito na terça-feira (13), o deputado Celestino Secco (PP) falou sobre sua participação em mais um encontro da UPM (União Parlamentar do Mercosul), no último dia 15, no Amazonas. Vice-presidente da Comissão do Mercosul da Assembleia, e secretário da Educação da UPM, Secco também representará o deputado Volnei Morastoni (PT), presidente da Alesc. O tema de seu discurso na 4ª Palestra Nacional da UPM (União Parlamentar do Mercosul) é o intercâmbio acadêmico. O parlamentar abordará a integração das inteligências universitárias dos mais diversos campos e o fortalecimento regional como primeiro passo para a organização de planos e pro-

gramas de desenvolvimento. Ainda em seu pronunciamento, falou sobre o novo reitor da Udesc, Anselmo Fábio de Moraes. "Ele foi eleito pela comunidade universitária e em sua posse transmitiu serenidade, sabedoria, respeito às diferenças e uma vasta experiência ao longo de seus 25 anos de atuação dentro da universidade", resumiu. (GMP)



Deputado Celestino Secco

Abaixo-assinado

Vinte e oito alunos de Apiúna, junto com suas professoras, estiveram na Assembleia Legislativa no dia 13, quando entregaram ao presidente da Casa, deputado Volnei Morastoni (PT), um abaixo-assinado reivindicando a instalação de lombadas eletrônicas na BR-470 próximo às escolas do município. A infor-

mação foi dada pelo deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB), em plenário.

Segundo alertou em seguida o deputado Joares Ponticelli (PP), em Pouso Redondo também há pedidos para que sejam instalados esses equipamentos. "Não podemos esquecer que o governo estadual é o avalista da BR-470", comentou. (DAB)



Deputado Onofre Agostini

Agenda

Dia 19, 14 h - Reunião da CPI da Udesc
Local: Sala das Comissões

Dia 19, 19 h - Lançamento do livro "Manual de Administração de Condomínios", de Flávio Melara

Local: Galeria de Arte Meyer Filho

Dia 22, 18 h - Sessão solene em homenagem à Igreja Evangélica O Brasil para Cristo, pelos 48 anos de sua fundação

Local: Plenário

Estiagem

O vice-presidente da Assembleia, deputado Onofre Agostini (PFL), pediu em discurso da tribuna solidariedade para os problemas provocados pela seca no oeste catarinense. "Temos que ser solidários à tragédia que está assolando o oeste, meio-oeste e extremo-oeste. Não é só o agricultor que sofre, pois agora já está faltando água

para os animais e isso significa um desastre para a economia regional. Não sabemos o que fazer nesta situação, pois temos certeza de que não é culpa do governo e nem das autoridades." Da produção agrícola, metade está sendo perdida, 60% do feijão e quase todo o milho já foram comprometidos, atingindo em cheio os pequenos produtores. (DAB)

Tijucas é exemplo na ressocialização de apenados

Carlos Agne

A superpopulação carcerária é um dos grandes problemas do país e não se vê horizontes, pelo menos a curto prazo, para uma mudança nessa situação. Dentro dos presídios e penitenciárias, a Lei de Execuções Penais não é cumprida e isso transforma as cadeias em verdadeiras faculdades do crime. Os dois fatores contribuem para o aumento da reincidência e impedem a tão sonhada ressocialização dos apenados.

No município de Tijucas, o Presídio Regional, com capacidade para 120 presos, abriga atualmente 228, dos quais 18 são mulheres. A administração da unidade, no entanto, vem mostrando que é possível a reinserção social. Basta boa vontade das autoridades e pessoas interessadas em proporcionar condições para que a pena não seja cumprida na ociosidade. Há ainda envolvimento da própria comunidade.

No Presídio Regional do município, dirigido pelo agente prisional Edson José Souza, já durante a sua construção foi criado o Conselho Comunitário, dirigido por Zenira dos Santos Inocêncio. O Conselho é um órgão interno, responsável pelas atividades que são desenvolvidas pelos apenados, desde as tarefas diárias até a participação em cursos.



Presos recuperam carteiras escolares na marcenaria

“Os presos têm atividades de trabalho. Eles são responsáveis pela horta, trabalham em marcenaria, entre outros. Mas vale destacar que temos dez máquinas de costura industriais ociosas e precisamos que alguma

empresa se coloque à disposição para ensinar nossas detentas a fim de que elas tenham uma ocupação”, diz a professora Tânia Dias, que atua na instituição penal.

Condenado a 12 anos de reclusão por tráfico de drogas, com um terço da pena cumprida, Alder Penha é jogador de futebol profissional no Tiradentes, equipe de Tijucas, da primeira divisão catarinense. Ele atuou no time durante o campeonato estadual deste ano. “A comunidade, através do Tiradentes, o recebeu e isso está proporcionando sua reintegração à sociedade. Ele é liberado para os jogos e viagens, com autorização do juiz da Comarca e corregedor do presídio, Vilson Fontana. Temos outros presos que trabalham para a prefeitura, para o DER e outros setores”, diz o chefe de segurança Jorge Nei Niches, conhecido como Maguila.



Edson José Souza



Grupo monta peças com mensagens de prevenção às drogas

Teatro abre perspectivas

Um grupo de nove presos que estão no Presídio Regional de Tijucas vem demonstrando que é possível a reeducação de detentos, objetivando o seu retorno ao convívio social. Os detentos, todos envolvidos com drogas, montaram um espetáculo de teatro e estão se apresentando, não só no estabelecimento penal, mas também em escolas, clubes do município e até em outras cidades, para crianças, jovens e adultos.

O grupo teatral Brilhando na Escuridão nasceu em dezembro de 2003, e foi formado inicialmente por alunos do Curso Supletivo do presídio. Eles fizeram a montagem de uma peça alusiva ao Natal, na Escola de Educação Básica Professora Olívia Bastos, na localidade de Nova Descoberta, município de Tijucas.

A idéia de encenar outra peça surgiu com a repercussão desse primeiro trabalho realizado pelos detentos fora

das dependências do presídio.

Com a supervisão e acompanhamento da professora Márcia Reis Bittencourt e o apoio da administração da unidade, equipe de segurança, conselho da comunidade, do juiz da comarca e de todos os profissionais envolvidos com a reeducação dos detentos, formou-se então definitivamente um grupo teatral dentro do presídio, integrado também por dependentes de drogas.

Baseados em um texto de um integrante, Elson Porto, passaram a ensaiar a peça *Pega Trougha*, que aborda as drogas através da visão dos que tiveram e ainda têm suas vidas afetadas pelo seu consumo. Foi feita uma primeira apresentação novamente na Escola Professora Olívia Bastos e outras escolas chamaram o grupo.

No dia 3 de março, houve quatro apresentações na cidade de Brusque. Foram aplaudidos de pé por mais de mil pessoas e parabenizados pela mensagem mostrada no palco.

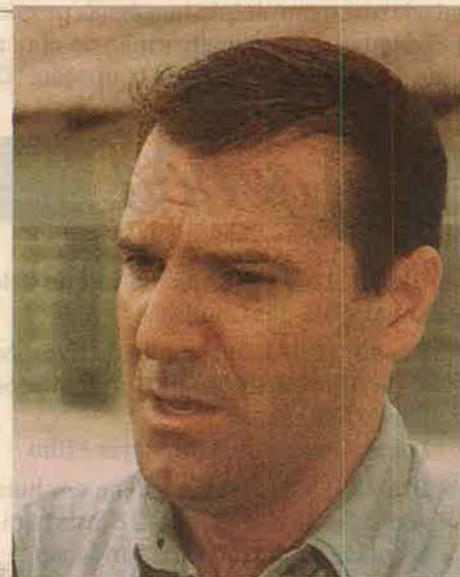
Deputados assistem apresentação

Os deputados Odete de Jesus (PL), presidente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais e de Amparo à Família e à Mulher, e o vice-presidente, Dionei Walter da Silva (PT), visitaram o presídio em março para conhecer o trabalho desenvolvido pela instituição e também assistir à peça teatral. O deputado Dionei é autor de projeto de lei, em tramitação na Casa, que cria o Programa Pró-Egresso, destinado ao atendimento da população saída do sistema prisional para a sua reinserção social.

“É um trabalho muito importante esse que está sendo realizado em Tijucas. O diretor Edson Souza está de parabéns. É um passo para que os apenados possam vir a se integrar com a comunidade”, avalia Dionei. Odete de Jesus também elogiou o desempenho do administrador do Presídio Regional e do Con-

selho Comunitário e cita que “esse exemplo pode ser seguido por outros estabelecimentos”.

O juiz da Comarca e corregedor da unidade, Vilson Fontana, diz que está satisfeito com os acontecimentos, principalmente com o apoio da comunidade, que, segundo ele, está fazendo o seu papel. “A comunidade está abrindo as portas para nossos apenados se reintegrarem à sociedade, através do trabalho. Temos um preso que joga futebol profissional, detentos que fazem a limpeza de ruas, outros trabalham lá fora em outras atividades e agora este grupo de teatro. Devemos destacar a participação do Conselho da Comunidade, que iniciou seus trabalhos antes mesmo do estabelecimento ser inaugurado. Se a sociedade lá fora quer a ressocialização, a sociedade daqui de dentro busca isso lá fora.”



Juiz e corregedor Vilson Fontana